

INVENTARIANDO CATIVOS

Traços e transformações da escravidão em Araxá (MG), 1816-1888

INVENTORY OF THE ENSLAVED

Characteristics and Transformation in Slavery in Araxá (MG), 1816-1888

Déborah Oliveira Martins dos Reis^{a, @}

^a Professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), onde ministra disciplinas ligadas à História Econômica Geral e do Brasil, Economia Brasileira e Elementos de Análise Econômica em cursos de graduação e pós-graduação. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), com mestrado e doutorado em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Desenvolve suas pesquisas nas áreas de história econômica e demográfica com ênfase no Brasil colônia e império, tendo como principais temas de pesquisa: economia e demografia da escravidão, distribuição e concentração de riqueza, comércio e mercado interno, história e economia agrária, economia do setor público.

@Contato principal: deborahreis@unb.br

Resumo

Em nosso trabalho dedicamo-nos à análise da escravidão na localidade mineira de Araxá, no período de 1816 a 1888, temporalidade que abrange um conjunto de transformações. Especificamente, o texto apresenta elementos demográficos da população escrava e alguns elementos referentes à reprodução natural escrava e ao tráfico de cativos. Os níveis e a composição da riqueza que refletem o evoluir da posse de escravos são considerados, assim como são apresentadas análises sobre os determinantes e as flutuações dos preços dos cativos. Apoiamo-nos fundamentalmente em um conjunto inventários *post-mortem*, que contribuíram para o estudo da localidade em tela em período no qual a economia da região era diversificada e amplamente voltada para mercados internos.

Palavras-chave

Demografia escrava | Economia da escravidão (riqueza) | Preços de escravos | Século XIX | inventários *post-mortem*

Códigos JEL

F16 | F54 | J15 | N36

Abstract

Our work is dedicated to the analysis of slavery in Araxá, Minas Gerais, from 1816 to 1888, a period that includes significant transformation. Specifically, the text focuses on demographic elements of the slave population and presents data concerning both the natural reproduction of the enslaved as well as of the slave trade. The levels and the composition of wealth that reflect the evolution of slaveholding are considered. We go on to analyze the determinants of slave prices. Our sources consist fundamentally of probate records that shed light upon this locality in a period which saw the economy diversified and oriented largely toward the domestic market.

Keywords

Slave demography | Slavery economy (wealth) | Slave prices | 19th century | *Post-mortem* inventories

JEL Codes

F16 | F54 | J15 | N36

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho explora dados presentes em um conjunto de 331 inventários *post-mortem* arquivados na Fundação Cultural Calmon Barreto (FCCB) da mineira Araxá, relativos àquela localidade e abertos entre 1816 e 1888.¹ Tal período vê-se delimitado pela incorporação de Araxá por Minas Gerais (1816) e pela abolição da escravatura no Brasil (1888). Em especial, são considerados dados referentes à descrição de escravos (principal componente dos patrimônios locais em grande parte do século XIX), com o intuito de

¹ Os inventários consultados estão distribuídos da seguinte forma: 1816-1820 (23 documentos), 1826-1829 (37), 1836-1839 (20), 1846-1848 (38), 1856-1858 (41), 1866-1868 (61), 1876-1878 (53), 1886-1888 (58); e correspondem ao total de inventários existentes para a localidade nesses anos.

observar os caracteres que assumiram a escravidão e suas transformações ao longo do tempo, tendo em vista, entre outros aspectos, o gradual processo de transição do trabalho escravo para o livre - institucionalmente representado pela extinção do tráfico atlântico (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e pela abolição da escravatura (1888).

A Araxá Oitocentista que estudamos teve sua atividade econômica alicerçada na agropecuária de subsistência e abastecimento interno espalhada pelas Minas Gerais àquele tempo. Situada na região do atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Araxá surgiu pertencendo à Goiás, passando aos domínios de Minas Gerais em 1816. A pecuária, objeto primeiro de sua ocupação ao final do século XVIII, permaneceu durante todo o Oitocentos como principal atividade econômica, sendo acompanhada paralelamente pelo cultivo de lavouras de subsistência, com a comercialização local e/ou regional da produção excedente, e por um comércio de bens que, a princípio fraco, viu-se incrementado com o aumento considerável no número de estabelecimentos comerciais. Tais atividades agropastoris respondiam pelas relações de comércio regional e, dado seu caráter de subsistência, eram também responsáveis por abastecer, com a produção excedente, a área urbana em expansão e outras mais distantes. Ao quadro econômico existente, incorporava-se a atividade têxtil doméstica, realizada de maneira artesanal e com produção reduzida.

No século XIX, a economia araxaense não teve dificuldades em manter e até aumentar seu contingente cativo e, de modo geral, pode-se dizer que o crescimento dessa escravaria esteve ligado à dinâmica econômica que marcou os níveis de acumulação de riqueza e assim, os caracteres da estrutura da posse de escravos e da demografia da população cativa ali presente. Em Araxá, é fácil notar que os cativos desempenhavam diversas funções de cunho às vezes mais, às vezes menos mercantil. E, como têm demonstrado diversos trabalhos que têm contribuído para traçar um quadro mais amplo da escravidão no Brasil, nem sempre em plantéis de grande vulto, uma vez que os indivíduos com escravos dedicados à produção de abastecimento interno tinham, em geral, pequenos plantéis.

Ampliando os contornos dessa breve apresentação, o texto que segue está dividido em três seções. Na primeira delas interessa-nos apresentar as características demográficas (origem, idade, sexo) dos escravos inventariados, ligando-as à evidência da ocorrência de tráfico e/ou crescimento vegetativo enquanto elementos explicativos da formação, manutenção e/ou ampliação dos plantéis locais de cativos.

Em uma segunda seção, com base na relação dos bens inventariados entre 1816 e 1888, identificamos os vários ativos componentes da riqueza araxaense e analisamos a importância do ativo escravos no investimento local, suas relações como os demais ativos descritos, sua variação ao longo do tempo e os níveis de riqueza vinculados às distintas características demográficas dos escravos e de tamanho dos plantéis encontrados em Araxá.

Por fim, a terceira e última seção, apresenta achados acerca das avaliações atribuídas aos escravos inventariados. Durante todo o século XIX, vários elementos contribuíram para a definição e a flutuação dos preços dos cativos: de um lado, estariam influenciando fatores ligados à progressiva eliminação do trabalho escravo, como as leis – que acabavam por agir sobre o mercado (oferta e demanda) –, e até mesmo a resistência cativa, por exemplo; e as flutuações do mercado de produtos de exportação (ou seja, fatores econômicos e pressões políticas). De outro lado, e intimamente ligados àqueles fatores, estariam as características próprias dos escravos, como idade, sexo etc. Todos esses, elementos que interagiam dentro de um mercado onde, como em qualquer outro, atuavam as forças da oferta e da demanda.

Apresenta-se clara, pois, a relação entre as características demográficas dos cativos, as formas de acesso ao mercado (importação ou reprodução), as condições econômicas e de distribuição da riqueza e os valores pelos quais os escravos eram avaliados.

2. Perfil demográfico da população cativa

A partir da perspectiva colocada acima passamos, nessa seção, a observar caracteres demográficos dos escravos arrolados nos inventários de Araxá ao longo do século XIX. A Tabela 1 traz algumas características dos cativos araxaenses: as razões de sexo de acordo com a origem, dividida entre brasileiros e africanos.² Os valores são apresentados de acordo com nossa amostra de inventários. Como primeira constatação, verificamos que a razão de sexo dos escravos araxaenses permaneceu, durante as décadas estudadas, bastante favorável aos homens, porém, declinante. De fato, percebemos, após 1850, uma elevação na proporção de escravos do sexo masculino na localidade, porém, na segunda metade da década de 1870, esta tendência se inverteu. Para o agregado dos cativos inventariados e para os quais pudemos verificar a origem, a razão de sexos caiu de 174,3 em 1816-1820 para 115,4 em 1846-1848. Na segunda metade do século, quando o fim do tráfico internacional representou “um divisor de águas” para o escravismo brasileiro, a razão foi calculada em 125,2 em 1856-1858 e 110,3 duas décadas depois.

Tabela 1. Razão de sexo dos escravos de acordo com a origem

	Africanos	Brasileiros	Total 1*	Total 2**
1816-1820	175,0	173,7	174,3	154,8
1826-1829	237,5	105,4	134,7	141,3
1836-1839	337,5	93,9	141,5	127,9
1846-1848	333,3	82,3	115,4	107,7
1856-1858	227,6	98,2	125,2	126,2
1866-1868	338,9	116,6	138,0	135,5
1876-1878	275,0	100,0	110,3	111,4
1886-1888	150,0	110,5	111,9	106,8

* total de escravos com origem identificada

** total de escravos arrolados

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados.

Considerados apenas os escravos africanos, essa razão de sexo foi bem mais acentuada, ainda que, digamos, tenha apresentado comportamento errático ao longo do tempo: a menor proporção calculada foi igual a 175 em 1816-1820, elevando-se a um mínimo de 227,6 (1856-58) nos períodos seguintes. A razão reduzida, 150, encontrada para 1886-88 deve ser sopesada, pois para o referido período temos alguns poucos escravos arrolados remanescentes do tráfico atlântico. Entre os brasileiros, a razão de sexo mostrou-se mais equilibrada ao longo do tempo relativamente a dos africanos. No entanto, o declínio da fração de brasileiros apresentou-se bem mais acentuada, chegando a ser favorável às mulheres em alguns anos, como 1836-1839 (93,9) e 1846-1848 (82,3), ou apresentando um relativo equilíbrio entre os sexos, como em 1856-158 (98,2) e 1886-88 (100).

A historiografia tem mostrado, via de regra, a predominância dos escravos do sexo masculino nas populações cativas. Argumenta-se que os homens estavam mais aptos ao trabalho; assim, adequavam-se melhor a ele e mostravam-se mais produtivos, aumentando a demanda por braços masculinos por parte dos escravistas. Jacob Gorender, por exemplo, dedica uma seção em sua obra clássica *O Escravismo Colonial* para explicar o predomínio dos homens na composição dos plantéis. Segundo o autor, tal preferência se

² Em geral a cor (cabra, pardo, mulato, crioulo) designava a nacionalidade brasileira. Paiva e Libby (1995) apontam que “É bem provável que ‘preto’ constituísse uma denominação mineira para o escravo africano em oposição ao escravo crioulo”. Não foi possível confirmarmos a origem africana desses escravos “pretos” nos inventários araxaenses. Assim, optamos por não os incluir entre os escravos para os quais identificamos a origem, o que, ocasionalmente, pode ter implicado em algum viés nos resultados apresentados.

explica facilmente do ponto de vista econômico, pois trabalhos mais pesados “adequavam-se melhor ao vigor masculino”. De fato, essa predominância tem sido encontrada em diversas regiões do Brasil, a exemplo do verificado por Bergad (2004) para a região de Mariana, onde os inventários apontaram razões de sexo que chegaram a 329 durante o auge da mineração.

De outro lado, alguns autores têm apontado que a oferta africana também favorecia a desproporção numérica entre os sexos dos escravos vindos para as Américas (incluindo o Brasil), sendo ofertados majoritariamente cativos homens.

“O desequilíbrio numérico sexual dos africanos que partiam era determinado também pelas próprias condições africanas de suprimento mais que pela demanda americana. [...] A resposta parece ser simplesmente que os africanos colocavam menos mulheres à venda em seus mercados de escravos no litoral do que homens. Havia na África grande demanda local por mulheres tanto livres quanto escravas e é esta contrademanda que explica porque menos mulheres entravam no tráfico negreiro do Atlântico.” (KLEIN, 1989, p.15-16).

Dessa forma, mantido aberto o tráfico (internacional e/ou interno) e assim havendo possibilidade de comércio de escravos, a população cativa tendia a ser representada majoritariamente por pessoas do sexo masculino.

Mas, algumas regiões específicas, principalmente em áreas onde a atividade principal não se relacionava ao comércio exterior, como acontecia em Araxá, apresentam um quadro algo diferente: relativo equilíbrio entre os sexos. Horacio Gutierrez (1987) encontrou uma proporção de homens e mulheres bastante próxima para o conjunto de plantéis escravos paranaenses nas primeiras décadas do século XIX, chamando a atenção para o provável peso do trabalho feminino. Em diversas localidades de São Paulo este equilíbrio também se verificou em 1804, conforme apontam Francisco Vidal Luna e Iraci Costa (2009). Para Sorocaba, Bacellar (2001) observou uma igualdade na presença de escravos e escravas especificamente em plantéis com até 5 cativos. O mesmo acontece quando voltamos para o Nordeste Oitocentista, a exemplo de Sergipe, onde segundo Malaquias e Santos (2020, p. 12):

A razão de sexo entre os escravos inventariados, em todo o período de 1800-1849, não passa de 120 homens para cada 100 mulheres, enquanto Luiz Mott (1986, p. 44) averiguou, por meio de mapas de população, uma razão de sexo de apenas 111,07 para a população escrava, no período 1825-1830.

A Tabela 2 mostra a distribuição da origem de escravos homens e mulheres. Analisando a composição da escravaria segundo a origem ao longo do tempo, verificamos, no caso dos homens, número de escravos brasileiros sempre superior ao de africanos. Entre 1816-20 e 1846-48, o percentual de escravos vindos da África variou entre 38,1 % e 46,6 %, sendo bastante significativo apesar de minoritário. A partir daí, como era esperado, a proporção de não-brasileiros reduziu-se progressivamente quanto mais os anos considerados afastavam-se de 1850, chegando a um mínimo de 4,5 % de cativos africanos a compor os plantéis araxaenses em 1886-1888. As mulheres também eram majoritariamente brasileiras em todos os anos estudados, mas apenas em 1816-1820 as africanas chegaram a representar um percentual elevado, 45,7 %.

Tabela 2. Origem dos escravos de acordo com o sexo

	Homens		Mulheres		Homens + Mulheres	
	Africanos	Brasileiros	Africanos	Brasileiros	Africanos	Brasileiros
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1816-1820	45,9	54,1	45,7	54,3	45,8	54,2
1826-1829	39,2	60,8	22,2	77,8	32,0	68,0
1836-1839	46,6	53,4	19,5	80,5	35,4	64,6
1846-1848	38,1	61,9	13,2	86,8	26,5	73,5
1856-1858	38,6	61,4	20,9	79,1	30,6	69,4
1866-1868	23,8	76,2	9,7	90,3	17,9	82,1
1876-1878	14,7	85,3	5,9	94,1	10,5	89,5
1886-1888	4,5	95,5	3,3	96,7	3,9	96,1

africanos + brasileiros = 100 % para cada sexo

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados.

Visto ser a razão de sexo dos cativos não brasileiros sempre bastante favorável aos homens em todos os anos analisados, tem-se um importante percentual de africanos, desconsiderados os sexos; o que não surpreende, uma vez que tal constatação corrobora a característica assumida pelo tráfico transatlântico, em que os maiores contingentes cativos importados eram do sexo masculino como explicitado, entre outros, por Klein (1989) e Florentino (1997). Ademais, a década de 1820

[...] testemunhou os maiores desembarques na história do tráfico negreiro para o centro sul do Brasil (a melhor estimativa é de que o número de escravos importados era de 296.000, volume este ultrapassado, e mesmo assim por pouco, apenas na famigerada década de 1840). Embora pouco se saiba sobre a distribuição de escravos após o desembarque no Rio e os portos circunvizinhos, não há dúvida de que Minas Gerais constituía um dos mais importantes mercados para os recém chegados africanos. No entanto estes cativos africanos não foram distribuídos uniformemente pelas regiões mineiras; em algumas localidades o elemento africano mal representava 25 % da população escrava, enquanto em outras os africanos eram mais de 55 % do total de cativos (PAIVA; LIBBY, 1995. p.217).

Em Araxá, se consideramos o total de escravos inventariados sem distinção de sexo, para a primeira metade do século XIX, verificamos em 1826-1829 e 1836-1839 uma proporção de escravos de origem africana de 32 % e 35,4 %, respectivamente. Assim, se não a região economicamente mais dinâmica dentro do quadro de diversidade econômica mineira, Araxá tampouco estava entre aquelas de menor dinamismo nesse período, sendo sua economia capaz de acessar mão de obra de origem africana que, como se verá em seção seguinte, tinha preços superiores à de origem brasileira.

Contudo, o percentual de africanos foi declinante nos períodos seguintes, chegando a 26,5 % em 1846-48 e 30,6 % em 1856-58, não deixando, porém, de ser ainda um percentual representativo. Assim, supomos que em Araxá o tráfico internacional tenha exercido uma influência significativa (implicando necessariamente certo dinamismo da economia local, como adiantado), ainda que esta influência não tenha sido constante, não tendo acompanhado o crescimento da entrada de africanos no Brasil ocorrida na primeira metade do século XIX: em 1816-1820 teriam entrado no Brasil cerca de 188.300 africanos, número que foi alçado a 257.500 entrados em 1846-1850 (cf. KLEIN, 1987).

Para o período posterior ao término do tráfico atlântico de cativos, o aumento da proporção de brasileiros era esperada e foi aspecto recorrente nas diversas regiões do país. Ao fim do período escravista, menos de 4% dos cativos arrolados nos inventários araxaenses eram remanescentes daquele tráfico. Grandeza corroborada pelos dados do Recenseamento Geral do Império para a segunda década após o fim do comércio atlântico de escravos (1872), que mostram uma população cativa em Araxá com 3% de africanos.

Os informes relativos à razão de sexo para os escravos descritos nos inventários araxaenses durante a primeira metade do Oitocentos apontam para uma queda: 154,8 em 1816-1820; 141,3 (1826-29); 127,9 (1836-39) e, finalmente, 107,5 em 1846-48. Esse declínio coincide com a redução da participação de africanos entre os cativos encontrados que, mesmo declinante, em 1846-1848 ainda representava parcela significativa dos escravos, 26,5% (cf. Tabela 2). Dada a grande superioridade numérica do sexo masculino entre os africanos (cf. Tabela 1), verificamos a estreita relação existente entre composição sexual e composição segundo a origem dessa escravaria.

Na segunda metade do século XIX, quando a presença de africanos tendeu a zero, a sua influência ainda permanecia, pois a razão de sexo para o total dos escravos era superior à encontrada para os cativos brasileiros. No entanto, as flutuações observadas se davam pela porção brasileira do contingente escravo estudado. Nas primeiras décadas a partir de 1850 houve elevação da razão de sexo dos cativos: 126,2 em 1856-58, 135,5 (1866-68), 111,4 (1876-78), 106,8 (1886-88). Tal fato poderia estar refletindo, por exemplo, dependência anterior ao tráfico internacional ou a necessidade de se recorrer ao mercado interno de cativos (resultado inevitável da proibição do comércio de escravos desde a África em 1850).

Além das características atinentes ao sexo e a origem, é significativo verificarmos a idade dos escravos. A Tabela 3 mostra a composição da escravaria segundo faixas etárias, em cada um dos períodos, para cativos africanos e brasileiros. Com o intuito de minimizar problemas com número de elementos da amostra, dividimos a escravaria em 3 faixas etárias principais. Os valores apresentados para africanos e brasileiros foram calculados com base no total de escravos para os quais pudemos identificar idade e origem; os percentuais para as duas origens conjuntamente foram calculados com base nos cativos para os quais a idade foi identificada.

Tabela 3. Distribuição dos escravos de acordo com a origem, faixas etárias e sexo

Faixas Etárias	1816-1820			1826-1829			1836-1839		
	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)
0 a 14	-	47,8	31,0	10,9	46,2	34,3	5,9	48,3	33,0
15 a 44	88,0	60,6	32,4	71,7	50,5	57,7	77,9	43,3	55,9
Acima 44	12,0	6,5	8,5	17,4	3,3	8,0	16,2	8,3	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Faixas Etárias	1846-1848			1856-1858			1866-1868		
	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)
0 a 14	-	54,2	40,4	-	48,8	34,0	-	45,6	37,6
15 a 44	79,6	41,0	50,8	53,3	39,6	43,8	49,3	46,4	46,8
Acima 44	20,4	4,9	8,8	46,7	11,6	22,2	50,7	8,0	15,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Faixas Etárias	1876-1878			1886-1888		
	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)	Afr (%)	Bra (%)	Afr + Bra (%)
0 a 14	-	22,5	20,1	-	-	-
15 a 44	-	69,2	61,9	-	90,5	87,5
Acima 44	100,0	8,3	17,9	100,0	9,5	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FCCB, inventários *post mortem*, anos selecionados

Percebemos a quase ausência de escravos africanos de até 14 anos nos inventários; contava o escrivão africano mais novo encontrado em nossa amostra, 10 anos de idade. Notamos, ainda, uma maior presença de africanos na faixa etária na qual os escravos são considerados bastante produtivos (15 a 44 anos) até 1846-1848. Em 1836-39, por exemplo, a parcela de escravos do sexo masculino na faixa de 14 a 45 anos (63,6% do total de cativos) superou a soma de todas as demais faixas, de homens e mulheres; algo bastante considerável mesmo se temos em conta ser essa faixa maior que as demais. A partir de 1856-1858 a faixa que inclui cativos de 15 a 44 anos de idade perdeu participação para a faixa etária posterior, certamente em decorrência da Lei Eusébio de Queiroz em 1850.

As distribuições etárias para os escravos brasileiros mostraram um comportamento distinto. Na maior parte do período analisado a composição da escravaria por idade apresentou uma elevada presença de cativos de até 14 anos. O percentual correspondente a esta faixa etária variou, entre os períodos de 1816-20 e 1846-48, de um mínimo igual a 46,2% (1826-28) a um máximo equivalente a 54,2% (1846-48). Em 1856-58 e 1866-68, a elevada participação desses escravos mais novos foi mantida: 48,8% e 45,6%, respectivamente.

Como é sabido, a Lei do Ventre Livre (1871) libertou as crianças nascidas de mães escravas, levando a grandes mudanças na estrutura etária da população cativa, que em 1878 já deixava de incluir escravos de até 7 anos. Em 1876-78, a presença de escravos de até 14 anos de idade reduziu-se a 22,5% e, se

dentro desse grupo computamos somente os escravos mais novos, de até 9 anos, vemos que sua presença era reduzida, 8,3%. No entanto, se consideramos nos cálculos os ingênuos acompanhando suas mães nos inventários, mesmo acreditando estarem subespecificados, os cativos brasileiros de até 14 anos seriam 29% em 1876-1878. No período seguinte, 1886-1888, os ingênuos representavam 21,7% do total das pessoas arroladas e 25,9% dos brasileiros.

A razão entre o número de crianças (0-4 ou 0-9 anos) e o número de mulheres em idade reprodutiva (15-44 ou 15-49 anos) tem sido amplamente utilizada na historiografia como indicador aproximado para se verificar o possível nível reprodutivo de uma determinada população e se refere ao número de crianças para cada 1000 mulheres. Alguns estudos – a exemplo, Costa, Slenes e Schwartz (2009), Paiva e Klein (1992), Paiva e Libby (1995), Bergad (2004), Luna (1992) – mostraram evidências significativas da possibilidade de crescimento natural positivo dos cativos no Brasil, sendo essa possibilidade aventada para diferentes regiões e momentos, em áreas voltadas para o mercado interno ou para exportação, tanto em anos anteriores como posteriores ao final do tráfico africano de escravos.

Desta forma, embora não seja possível verificar o grau de parentesco entre os escravos e tampouco a origem dos pais (se as crianças nasceram de uniões entre escravos brasileiros, africanos, ou brasileiros e africanos), calculamos tal razão com base nos dados de nossa amostra de inventários, obtendo a Tabela 4. O período 1886-1888 foi excluído da Tabela por não mais haver crianças escravas (até 9 anos) a esse tempo.

Tabela 4. Razão criança/mulher

	Razão 0-4/15-44	Razão 0-4/15-49	Razão 0-9/15-44	Razão 0-9/15-49
1816-1820	353	353	941	941
1826-1829	500	486	944	919
1836-1839	939	920	1184	1160
1846-1848	1000	978	1545	1511
1856-1858	615	571	1215	1129
1866-1868	546	505	1155	1067
1876-1878	-	-	239	224

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados

É visível o incremento da razão ao longo do tempo, coincidindo, portanto, com a redução do percentual de cativos africanos. Em 1836-1839, a razão mostrou-se bastante próxima ao calculado para Minas Gerais por Bergad (com base em inventários) na década anterior (1820-1829): 1230 para 0-9/15-44 e 1147 para 0-9/15-49. (BERGAD, 2004). Os valores obtidos com base em nossos inventários para este mesmo período 1836-39 (1160 para 0-9/15-49) e para os períodos posteriores são, por outro lado, bastante superiores aos valores calculados para São Paulo em 1829 por Luna e Klein, 560 para 0-10/15-49. Convém lembrar que a essa época crescia a cultura de café e a importação de escravos em São Paulo, o que prejudicaria a reprodução, pois se tem verificado que possibilidade de crescimento natural dos cativos estava “[...] condicionada à relativa estabilidade da população cativa, sem ingresso quantitativamente importante de novos escravos. A entrada maciça de homens adultos alterava o equilíbrio populacional existente.” (LUNA, 1992)³

Resta-nos verificar como essas “qualidades” até agora observadas, em especial o gênero, refletiam os vários tamanhos de posse de escravos. A análise do perfil da distribuição da propriedade cativa é o primeiro passo, e sobre ela podemos afirmar que havia em Araxá presença majoritária de pequenos plantéis (com

³ O desequilíbrio entre os sexos teria sido um dos principais fatores a comprometer a reprodução endógena dos escravos, em especial nas áreas agroexportadoras. Entre outros trabalhos, ver: Florentino e Góes (1997); Motta (1999); Slenes (2013).

até 5 cativos), que juntamente com plantéis de tamanho médio (6 a 10 escravos) abrigavam a maioria dos cativos, tendo com a distribuição mostrado uma mudança durante as décadas. Em Araxá,

Passou-se, segundo os dados apresentados, de 68,4% de plantéis de até 5 escravos, nos anos 1816-1820, para cerca de 50%, entre 1836-39 e 1856-58. Talvez seja razoável pensar que, com o passar do tempo, houve consolidação da economia escravista local, levando a um incremento da presença de plantéis de maior vulto em detrimento dos pequenos plantéis. Em 1846-48, por exemplo, é marcante a presença de proprietários com escravarias de tamanho médio (6 a 10 escravos), 27,6%. No entanto, nas décadas finais da escravidão basicamente plantéis de até 10 escravos foram encontrados; nos anos 1886-88 mais de 90% dos plantéis arrolados estavam nessa situação.[...] Na primeira metade do século, não menos de 50% dos cativos estavam em pequenas e médias posses consideradas conjuntamente. [...] Em 1856-58 e 1866-68 esse percentual é menor, não deixando de ser considerável: respectivamente, 31,7% e 36,7%. (REIS, 2014, p.614-615)

Na Tabela 5 apresentamos a composição dos plantéis de acordo com o gênero (razão de sexo). Ao observarmos o movimento da razão de masculinidade encontrada nos inventários, identificamos um movimento decrescente destas nos médios plantéis, até 1846-1848, quando o número de escravas chegou a superar o número de homens. A razão voltou a ser favorável aos homens a partir de 1856-58. Assim, no primeiro período analisado, os escravos do sexo masculino compareceram com um peso relativo de 64,3% (razão igual a 180), enquanto no último esse valor caiu para 60,8% (razão igual a 163,6). Já os pequenos plantéis, mesmo revelando queda da razão de sexo entre os períodos extremos, apresentam um movimento mais errático, com uma queda na razão de sexo bem mais acentuada (de 166,7 para 84) entre 1816-1820 e 1886-1888. Nesse intervalo, passa por uma ligeira ascensão em 1836-1839, voltando a valores equivalentes aos de 1826-1829 em 1846-1848.

Tabela 5. Razão de sexo de acordo com faixas de tamanho dos plantéis

	FTP			
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	Acima 20
1816-1820	166,7	180,0	133,3	135,7
1826-1829	131,6	150,0	90,9	188,9
1836-1839	150,0	130,0	109,5	130,8
1846-1848	131,0	93,5	107,7	104,9
1856-1858	116,7	120,0	130,4	129,6
1866-1868	119,2	114,8	146,4	151,6
1876-1878	137,0	111,8	75,0	-
1886-1888	84,0	163,6	62,5	100,0

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados

Esperaríamos, no entanto, que a razão de sexo entre os escravos fosse diretamente proporcional ao tamanho do plantel, assim, ao observarmos as maiores faixas de posse de cativos, cresceria a quantidade de homens encontrada, o que se justificaria pela possível atividade realizada nos fogos desses grandes escravistas, supostamente com um maior grau de mercantilização. Por outro lado, a elevada razão de sexo entre os cativos em pequenos plantéis pode estar indicando a sua grande dependência com relação ao tráfico, ao menos na primeira metade do Oitocentos. No entanto, as razões de sexo encontradas na tabela acima não nos permitem identificar nenhuma tendência nítida com relação ao tamanho do plantel em

algum determinado momento e, principalmente, ao longo do tempo. Em 1826-29, por exemplo, os grandes plantéis (11 a 20 escravos) chegaram a apresentar razão de sexo favorável às mulheres (90,9) e em 1846-1848 enquanto nos pequenos plantéis a razão de masculinidade foi favorável aos homens, as proporções calculadas para os plantéis de 11 a 20 e acima de 20 escravos foram, respectivamente, 107,7 e 104,9, ou seja, tendendo a um equilíbrio entre os sexos.

Parece-nos, então, que as regras de formação dos grandes plantéis, em que as atividades econômicas condicionaram a predominância masculina, eram seguidas em certa medida também pelos pequenos e médios escravistas araxaenses. Um componente claro da formação dessa população cativa seria a importância assumida pelo tráfico, uma vez que razões de sexo desequilibradas sugerem a presença de movimentos populacionais em período recente⁴.

Em geral, o tráfico está associado a atividades que usam intensamente o trabalho escravo, no entanto, em Araxá, possivelmente a situação se apresenta de uma outra forma, como já apontou a presença majoritária de pequenos plantéis inventariados. A lida com o gado, por exemplo, é uma atividade pouco intensiva em mão-de-obra ainda que, geralmente, tarefa masculina. Comprar escravos poderia estar relacionado à ação conjunta de necessidades econômicas e demandas sociais. Uma parte dos escravos adquiridos seria destinada às atividades agropecuárias da localidade e outra atenderia a tipos distintos de atividades, como serviços pessoais, por exemplo.

Um elemento pode ser aqui ressaltado: os escravos adquiridos pelos pequenos proprietários possivelmente objetivavam complementar a mão-de-obra doméstica. De uma maneira geral, possivelmente nas atividades artesanais os escravos poderiam estar ligados à própria produção; no comércio urbano, poderiam ser utilizados em diversos tipos de atividades como carregamento de mercadorias ou atendimento nas lojas, por exemplo.

O tipo de atividade exercida pelos proprietários de poucos escravos é em parte esclarecedor. Para os plantéis de pequeno porte (até 5 escravos), havia lavradores, negociantes, boticário, cirurgião, taberneiro, carreiro, caldeireiro, jornaleiro, alfaiate, professor, oficial de justiça, costureira, rendeira, sapateiro, padeiro, carpinteiro, tabelião, caixeiro, ou seja, representantes de vários segmentos sociais. Não é possível uma classificação socioeconômica hierarquizada das pessoas em diferentes atividades, mas essas simples observações reafirmam as possibilidades abertas pelas atividades econômicas da localidade, em especial atividades voltadas ao abastecimento local e regional, grandes empregadoras de mão-de-obra, livre ou escrava. Em regra, a partir do tamanho médio de plantéis, encontramos proprietários identificados apenas como lavradores ou negociantes

Nas atividades rurais, o número de escravos deveria manter estreita relação com as finalidades da produção, daí encontrarmos lavradores com 1, 2...10 ou mais escravos. Afinal, podemos considerar, que um plantel de menor vulto possuía maior tendência a dedicar-se a produtos de subsistência e abastecimento interno, uma vez que a mão-de-obra passa a ser fator determinante na produção na medida em que era reduzida a presença de maquinários e ferramentas mecanizadas.

Por outro lado, é possível imaginar que a opção pelo sexo dos escravos estava sendo dada pelo lado da oferta e não da demanda. Uma vez que tivessem que recorrer ao mercado para adquirir escravos, dada a importância do tráfico já suficientemente ressaltada, os araxaenses acabariam comprando mais homens na medida em que era esse o perfil dos escravos traficados.

Podemos supor que as escravas seriam bem-vindas, em diferentes atividades, sendo a mulher bastante versátil, podendo trabalhar em atividades ligadas ao universo feminino, como a costura ou ainda ajudar no trabalho mais pesado da lavoura. Porém, a elevada presença dos cativos vindos da África, cujas características marcavam-se por um elevado contingente masculino em idade produtiva, condicionava uma razão de sexo favorável aos homens, que independia do tamanho do plantel. A possibilidade de crescimento vegetativo da escravaria araxaense também foi observada, porém não foi suficiente para manter o equilíbrio entre os

⁴ De fato, a importância do tráfico na localidade já havia sido notada anteriormente. E se verificamos a origem dos cativos nesses pequenos e médios plantéis, observada na lista nominativa de habitantes de 1831-32, constatamos que 39,6% dos escravos vivendo em domicílios com até 10 cativos eram de origem africana. A presença de africanos era ainda mais marcante nos plantéis típicos, de 1 indivíduo: 49,2%.

3. Escravos na composição dos patrimônios inventariados

Com base na relação dos bens inventariados entre 1816 e 1888 buscamos identificar os vários ativos componentes da riqueza araxaense e analisar a importância do ativo escravos entre os bens arrolados na localidade, as relações entre este ativo e os demais bens arrolados, e sua variação ao longo do tempo.

Para verificarmos as formas da riqueza acumulada, reunimos os dados constantes dos inventários e analisamos os valores atribuídos a cada grupo de bens que compõe os patrimônios locais, conforme apresentados na Tabela 6, construída como base no monte bruto. Apresentamos na referida tabela e no restante da seção o período 1886-1888 dividido entre A e B, em função da presença, dentre os inventários do período, do documento relativo a Mizael Ferreira da Silva, possuidor de um patrimônio muito elevado, correspondente a 75,2% de toda a riqueza bruta arrolada em 1886-1888 nos inventários consultados. Assim, 1886-1888A inclui os bens de Mizael e 1888B os exclui.

Tabela 6. Composição da riqueza bruta

	imóveis	móveis	criações	escravos	dívidas ativas	títulos e ações	total
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1816-1820	42,4	4,4	9,0	30,5	13,7	-	100,0
1826-1829	37,2	2,8	11,0	37,0	11,9	-	100,0
1836-1839	34,2	4,6	9,9	33,7	17,6	-	100,0
1846-1848	25,9	3,0	10,3	31,3	29,6	-	100,0
1856-1858	30,7	3,8	14,6	48,6	2,3	-	100,0
1866-1868	27,0	4,4	9,3	39,9	19,1	0,3	100,0
1876-1878	27,9	4,0	9,4	32,9	25,8	-	100,0
1886-1888A	18,5	7,3	5,9	4,2	12,7	51,4	100,0
1886-1888B	53,8	4,7	15,7	12,0	13,8	-	100,0

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados

Para o período 1816-1820, verificamos uma participação dos escravos na composição da riqueza (30,5%) ainda inferior à porcentagem de 42,4% referente aos bens imóveis. Os valores entre os dois ativos são bastante próximos ao final das décadas de 1820 e 1830: o quadriênio 1826 a 1829, exatamente anterior à elevação de Araxá à categoria de Vila e à criação do município (1831), apresentou 37% da riqueza composta por escravos e 37,2% representada pelos imóveis e em 1836-1839, os escravos somavam 33,7% da riqueza inventariada e os imóveis 34,2%. Na década seguinte, o percentual dos patrimônios composto por escravos, 31,3%, era superior ao verificado para os imóveis que valiam 25,9%.

A partir de 1856-58, a diferença entre a participação de cativos e imóveis no total dos investimentos acentuou-se, tendo o ativo escravos mantido sua preponderância até 1876-78. Na segunda metade da década de 1850, os escravos responderam por 48,6% do monte total seguidos pelos imóveis, 30,7%. Em 1866-1868, os escravos permaneceram como principal bem inventariado, no entanto sua participação no total da riqueza viu-se reduzida a 39,9%, enquanto os imóveis representavam 27%. No período posterior, 1876-1878, 27,9%

do valor dos espólios legados eram bens de raiz e outros cerca de 33 % correspondiam a escravos. De fato,

Das relações de propriedade vigentes na colônia e no Império, a que tinha função econômica principal e decisiva era a propriedade de escravos e não a propriedade de terras. Essa afirmação é verdadeira frente às possibilidades de ocupação das abundantes terras devolutas, a partir da simples posse ou pela concessão de sesmarias, fato que depreciava o valor da terra em relação aos escravos. (OLIVEIRA, 1997, p.82)

Nos anos de 1886-88, na iminência do término do regime escravista no Brasil, que já vinha se enfraquecendo nos últimos anos, os imóveis passaram a ser responsáveis por mais da metade da riqueza (53,8 %), enquanto os escravos representavam não mais de 12 % dos montes inventariados. Se consideramos os bens de Mizael F. da Silva, a riqueza passa a ser representada em sua maioria por títulos da dívida pública mais ações (51,4 % dos patrimônios no período), e os imóveis e escravos teriam percentuais respectivamente iguais a 18,5 % e 4,2 %.

Os escravos mantiveram-se, portanto, até o terceiro quarto do século XIX como principal item de investimento. Entre 1816-20 e 1876-78, os escravos eram os bens mais representativos no total da riqueza. Porém, após o pico de participação atingido em fins da década de 1850, a queda progressiva da participação do ativo escravo na riqueza é perceptível, como reflexo da somatória dos já conhecidos eventos atuantes contra a instituição da escravidão, tais como a abolição do tráfico negreiro em 1850, a lei do Ventre Livre de 1871, os impostos proibitivos do início da década de 1880 e, por fim, a lei dos Sexagenários em 1885, citados anteriormente.

Ao observar a evolução conjunta de imóveis mais escravos, agregando os seus valores, verificamos percentuais, em geral, na casa dos 60-70 %: 72,9 % em 1816-20; 74,2 % em 1826-29; 67,9 % (1836-39); 57,2 % (46-48); 79,3 % (56-58); 66,9 % (66-68); 60,8 % (76-78); 22,7 % (86-88A) e 65,8 % (86-88B).

Esses valores foram decrescentes até 1846-48, indicando uma participação maior de outros ativos na composição dos montes (em especial dívidas ativas, ou seja, setor creditício, conforme Tabela 6). Em 1856-58, praticamente quatro quintos da riqueza era representada por esses itens tomados conjuntamente, valendo notar, no entanto, que esse pico é coincidente com a maior média identificada para o preço dos cativos, como se verá em seção posterior. Nos períodos seguintes esse somatório se manteve acima dos 60 %.

São inúmeros os trabalhos que, estudando inventários, buscaram entender a composição das riquezas individuais em diferentes momentos e regiões e acabaram por recair em imóveis e/ou escravos. A título ilustrativo, citemos Sampaio (1994), que utilizou inventários para estudar o sistema agrário e a evolução econômica na produção de alimentos na localidade de Magé (RJ) no período 1850-1888, apontando que imóveis e escravos eram os bens mais diretamente ligados à manutenção desse sistema:

“O investimento em bens de raiz e em escravos estava ligado mais diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura brasileira nesse período, os investimentos em terras e escravos apareciam sempre como os mais importantes em participação nas fortunas agrárias”. (SAMPAIO, 1994, p.72)

Em trabalho clássico ainda na década de 1980, Zélia Cardoso (1985) já havia demonstrado a importância de escravos e imóveis na composição da riqueza. Estudando inventários de São Paulo, a autora encontrou para o período 1845-1850 a maior parte da riqueza mobilizada respectivamente em escravos, dívidas ativas e imóveis. Entre 1851-1860 os imóveis seguidos pelos escravos eram os bens predominantes. Em 1861-71 e 1881-87 os imóveis respondiam pelo maior percentual da riqueza. Para a década de 1870 a autora verificou o maior percentual de riqueza em uma nova forma de investimento, os valores mobiliários, ativo que apenas pontualmente verificamos nos inventários araxaenses, em especial com o já citado Mizael da Silva.

Ao representar grande parte da riqueza araxaense, os cativos acabavam por ser tornar parâmetro para a medida de riqueza dos indivíduos: os patrimônios dos proprietários de cativos eram superiores aos dos não-proprietários na totalidade dos períodos observados, sendo os escravistas concentradores da riqueza.

Cumpre-nos, então, analisar o peso da posse de cativos frente ao perfil da riqueza inventariada: de um modo geral as correlações entre o patrimônio líquido e o tamanho do plantel mostraram-se positivas e elevadas, denotando uma forte associação positiva entre as variáveis. As correlações variaram de 0,56 em 1876-78 a 0,93 em 1856-58. A correlação média do período 1816-1848 foi de 0,71, e na segunda metade do século a correlação média situou-se em 0,77.⁵

Os patrimônios líquidos, considerados em sua totalidade, apresentaram uma concentração praticamente inalterada entre 1816-20 e 1826-1829, com índices de Gini calculados, respectivamente, em 0,56 e 0,55. A partir de 1836-1838 o valor calculado para o Gini elevou-se, tendo atingido 0,67 nesse período e em 1846-48 chegou a 0,74. No período seguinte, o Gini sofreu uma queda (0,58) voltando a apresentar tendência altista nos períodos seguintes: 0,70 e 0,63. O pico foi atingido em 1886-88 se consideramos o espólio de Mizael, índice igual a 0,91. Se eliminarmos este inventário, o final da década de 1840 fica com o posto, uma vez que o Gini para a década de 1880 cai a 0,72. Temos, então, tendência a uma crescente concentração da riqueza visto que, apesar das oscilações, os valores calculados não retornaram aos patamares dos dois períodos iniciais.

Vale notar que, apesar de detectarmos um elevado percentual da riqueza descrita nos documentos nas mãos de poucos indivíduos, essa concentração é menor do que a verificada para outras regiões, sendo a riqueza mais bem distribuída em locais onde predominavam atividades de subsistência, como Araxá, e mais acentuada em economias mais dinâmicas – o café, por exemplo, tendia a tornar menos expressivos os menores escravistas e alargar as maiores faixas de riqueza.

Os dados referentes ao Rio de Janeiro, “o centro econômico e político do Sudeste brasileiro”, nos anos 1820, 1840 e 1860, mostram que a faixa de riquezas pequenas (até 500 libras), mesmo conformando entre 36 % e 48 % dos inventários consultados por Fragoso (1998, p.311), concentrava não mais de 2,7 % do valor total dos patrimônios arrolados.

Valores semelhantes foram apresentados por Renato Marcondes (1998, p.168) para a localidade valeparaibana de Lorena (1830-1879), em meio a um movimento de rápido crescimento com base no cultivo do café: 50 % do conjunto de inventários pesquisados pelo autor possuíam ativos avaliados em até 500 libras, representando conjuntamente 2,1 % do somatório dos montes. A parte majoritária da riqueza local (89,5 %) encontrava-se na mão de pouco mais de 16 % dos indivíduos considerados.

A concentração da riqueza em Araxá mostrou-se maior do que a apontada acima, se levamos em conta apenas a concentração da posse dos cativos. O índice de Gini até 1846-1848 ficou estabilizado em torno de 0,60, patamar relativamente elevado, evidenciando certa rigidez da concentração de cativos entre o total dos inventariados. No período seguinte (1856-8), o índice calculado reduziu-se a 0,56, e em 1866-8 atingiu o seu valor mais elevado, 0,62. Em 1886-88, era reduzido o percentual de escravistas entre os inventariados, fazendo a posse ser mais concentrada (Gini igual a 0,79).

À exceção de 1836-38, na primeira metade do Oitocentos, a maioria dos cativos encontrava-se compondo a riqueza de indivíduos que possuíam entre 101 e 1.000 libras inventariadas,⁶ tendo o percentual de cativos nessas faixas de riqueza atingido 73,6 % em 1826-29. A diferença de 1836-38, em que 63,3 % dos escravos estavam em plantéis considerados muito grandes, justifica-se pelo fato de um único inventário trazer entre os bens descritos 78 escravos, representando 33,3 % do total dos cativos arrolados nesses anos – não menos de 50 % dos cativos estavam em pequenas e médias posses consideradas conjuntamente. Já na segunda metade do século XIX, a maior presença de cativos passou a ser encontrada entre as maiores riquezas, ou seja, aquelas acima de 1.000 libras (mínimo de 54,6 % em 1886-1888 e máximo de 69,1 % dos cativos em

⁵ O referencial de riqueza que utilizamos (riqueza líquida), salvo menção contrária, equivale a um valor intermediário entre o monte mor e o monte menor. Calculamos a riqueza somando todos os ativos dos inventários – bens, dívidas ativas –, e subtraindo as dívidas passivas. Os dotes não foram considerados por não estarem devidamente especificados em todos os documentos consultados, assim como as custas e despesas com o funeral que, ademais, consideramos serem dívidas não pertencentes ao falecido. Como apresentamos uma análise temporal, dentro da qual os valores nominais dos montes inventariados podem embutir efeitos inflacionários, fez-se necessário um deflacionamento, que foi realizado através da taxa de câmbio, o que justifica a apresentação dos valores em libras ao longo do texto.

⁶ Como apresentamos uma análise temporal, dentro da qual os valores nominais dos montes inventariados podem embutir efeitos inflacionários, fez-se necessário um deflacionamento, que foi realizado através da taxa de câmbio, o que justifica a apresentação dos valores em libras ao longo do texto.

1856-58).⁷

Se temos em conta que, como se verá, o preço dos escravos (descontados os efeitos inflacionários) foi crescente ao longo do século XIX, é nítida a importância da mudança de preços dos escravos na mudança na riqueza, é dizer, o aumento dos preços dos cativos levou a uma elevação no nível da riqueza daqueles já detentores desse ativo e dificultou o acesso aos cativos por parte daqueles detentores de menores cabe-dais, fazendo com que a presença de escravos se concentrasse, cada vez mais, entre os espólios dos mais aquinhoados.

Seguindo rumo às faixas de riqueza mais elevadas a média de escravos eleva-se, como se poderia esperar. As menores médias de escravos por proprietário ocorreram nos extremos do lapso de tempo estudado: em 1816-1820, quando ainda era incipiente a economia local, a média foi calculada em 5,6; nos dois últimos períodos sob a vigência do regime escravista as médias encontradas foram respectivamente 4,6 e 4,9. A maior média foi encontrada em 1836-1839 (11,9). Assim, na Araxá Oitocentista é verificável que a

[...] média de escravos pelas faixas de riqueza foi nitidamente crescente, com destaque para os plantéis de indivíduos mais aquinhoados cujas médias, em geral, representaram um salto considerável com relação à faixa de riqueza anterior (1.001 a 2.000 libras). Em 1846-1848, por exemplo, foi igual a 22,5 a média de cativos por documento com bens avaliados acima de 2.000 libras – mínimo igual a 13, máximo igual a 38. Por outro lado, calculamos para a faixa anterior média de 10 escravos por inventário. No final da década seguinte (1856-58), já após o término do tráfico intercontinental de cativos, a média foi calculada em 24,6 escravos para os mais abastados e 12,2 escravos para os componentes da faixa de riqueza imediatamente menor.

Para os anos 1816-1820, a média dos possuidores de 500 a 1.000 libras foi superior à encontrada para a faixa seguinte (1.001 a 2.000 libras) de riqueza. Porém, no todo, os dados apontam para o movimento identificado anteriormente, ou seja, faixa de riqueza e tamanho de plantel variam no mesmo sentido. O único possuidor de mais de 2.000 libras, Manoel Mendes dos Santos, era dono de um plantel composto por 33 indivíduos, cujo valor representava 28,1% dos seus bens (cf. Inventário de Manoel dos Santos. 26/11/1816 – Arquivo FCCB, cx. 12). A consideração é válida também em 1886-88 (considerados ou não os bens de Mizael), apesar de a elevação da média ser mais sutil entre as faixas de riqueza de até 2.000 libras. (REIS, 2014, p. 628-629)

Às diferentes faixas de riqueza correspondem também diferentes características demográficas dos escravos, no que tange à origem, idade e sexo. Na tabela 7 são apresentados números relativos a estes caracteres. Na seção anterior, observamos que a origem para o total dos cativos, simplificada nas categorias brasileiros e africanos, mostrou que em Araxá, os plantéis cativos eram formados majoritariamente por escravos ali nascidos; ainda que superados numericamente pelos brasileiros, os escravos africanos mantiveram participação bastante significativa na composição da escravaria local.

⁷ Recorrendo à fonte censitária para comparação, observamos que para o total dos 252 fogos com escravos na lista nominativa de 1831-32, o índice encontrado para os escravistas (0,53) mostra uma concentração próxima à verificada para os senhores de escravos inventariados, que variou, na primeira metade do século XIX, entre 0,47 e 0,61, confirmando validade das análises com base apenas em inventários.

Tabela 7. Razão de sexo, percentual de africanos e idade média dos escravos de acordo com faixas de riqueza

Faixas de Riqueza (em libras)	1816-1820			1826-1829			1836-1839		
	razão de sexo	% africanos	idade média	razão de sexo	% africanos	idade média	razão de sexo	% africanos	idade média
Até 100	-	100,0	20,0	44,4	63,6	20,8	-	100,0	27,0
101 a 500	54,2	48,4	27,0	76,9	32,9	19,5	80,0	44,0	24,2
501 a 1000	73,3	45,8	23,5	100	27,7	20,8	66,7	53,8	19,8
1001 a 2000	50,0	83,3	-	41,0	25,0	33,9	83,3	32,1	21,3
Acima de 2000	73,7	34,4	20,1	-	-	-	79,8	33,1	22,6

Faixas de Riqueza (em libras)	1846-1848			1856-1858			1866-1868		
	razão de sexo	% africanos	idade média	razão de sexo	% africanos	idade média	razão de sexo	% africanos	idade média
Até 100	116,7	33,3	23,0	-	100,0	30,0	150	50,0	36,3
101 a 500	82,1	28,3	19,8	58,3	22,9	24,6	88,4	8,3	17,2
501 a 1000	107,7	19,1	21,0	11,5	34,6	28,1	83,3	4,6	22,2
1001 a 2000	200,0	37,5	12,9	79,4	22,0	25,3	87,2	25,4	29,3
Acima de 2000	83,7	28,4	19,9	75,5	32,3	27,0	59,9	21,0	25,3

Faixas de Riqueza (em libras)	1876-1878			1886-1888		
	razão de sexo	% africanos	idade média	razão de sexo	% africanos	idade média
Até 100	200	100	23,7	160	25	34,3
101 a 500	100	14,8	31,7	111,1	0	30,8
501 a 1000	26,1	16	33,9	88,9	0	30,8
1001 a 2000	113	7,3	24,5	118,2	0,0	32,2
Acima de 2000	100,0	9,5	25,8	90,0	0,0	27,6

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados.

De fato, os escravos africanos estavam espalhados por todas as faixas de tamanho de riqueza, atingindo proporções significativas em muitas delas em diferentes momentos. À exceção da faixa de até 100 libras, em que foram reduzidos os cativos arrolados, o percentual de cativos de origem africana foi bastante flutuante, com tendência à queda ao longo de todo o século XIX, queda esta intensificada, obviamente, a partir da década de 1850. Houve alternância do maior percentual de africanos entre as distintas faixas de riqueza ao longo do tempo. E, em regra, para todos os níveis de riqueza inventariada uma redução da participação de

africanos entre dois períodos era seguida por uma elevação nessa participação no período seguinte. Note-se, por exemplo, a presença de não brasileiros nos planteis que compunham espólios de 501 a 1000 libras: 45,8 % em 1816-20, 27,7 % (1826-29), 53,8 % (1836-38), 19,1 % (1846-48) e 34,6 % (1856-58), quase desaparecendo em 1766-68 (4,6 %), voltando a subir a 16 % no período posterior.

A idade média, a sua vez, esteve para a quase totalidade dos períodos e tamanhos de riqueza, dentro daquela faixa etária considerada como mais produtiva, ou seja, dos 15 aos 44 anos; o que não surpreende, uma vez apresentados dados que apontam percentual principal de escravos dentro dessa faixa etárias (vide Tabela 3). As idades médias, contudo, tenderam a aumentar ao longo do tempo, sendo mais marcadas especialmente a partir de 1866-68 e para os menores espólios. Aqueles indivíduos com bens avaliados em até 100 libras e escravistas possuíam escravos com média de 20 anos em 1816-20, 36,3 anos em 1866-68 e 34,3 anos em 1886, sendo estes os últimos remanescentes, em Araxá, do tráfico transatlântico.

4. Preços dos escravos

Ao observar os valores atribuídos aos cativos inventariados em Araxá, fica evidente a grande variação destes ao longo do tempo. Os preços médios apresentaram uma tendência altista atingindo um ponto máximo em 1856-1858, sofrendo uma grande queda já no período seguinte. Em 1876-1878, os preços médios subiram novamente, superando os níveis verificados para 1856-8, voltando em seguida a cair, e atingindo níveis bastante reduzidos em 1886-88.

Nos Gráficos 1 e 2 comparamos os preços médios de homens e mulheres em Araxá com os preços apresentados por Bergad(2004) para Minas Gerais, a partir de uma grande série cronológica de inventários das regiões da antiga mineração (São João Del Rei, Diamantina e Mariana), datados de 1720 a 1888. Como salientado pelo autor sobre suas fontes: elas “[...] contêm dados sobre a população escrava ano a ano que jamais foram utilizados para analisar aspectos das mudanças na escravidão” (Bergad, 2004, p. 29) e o exame de preços de escravos levado a cabo pelo autor a partir delas mostra-se propício à comparação com o caso araxaense, pela proximidade das fontes.⁸

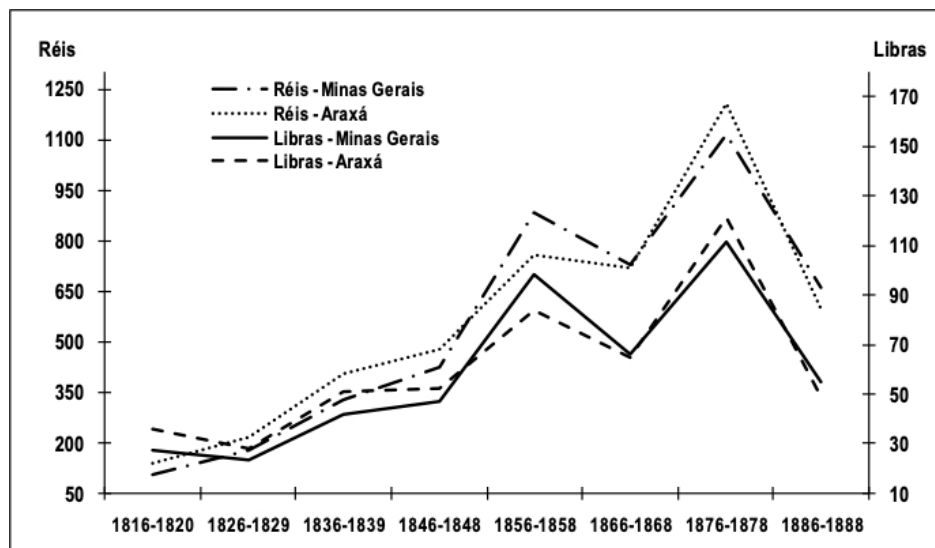
O resultado encontrado parece-nos bastante ilustrativo, visto ter a média de valores dos escravos formadores do plantel araxaense seguido a tendência encontrada para as referidas localidades mineiras consideradas conjuntamente.

Em geral, os preços médios em libra para os escravos inventariados em Araxá, mostraram-se bastante semelhantes aos de Minas. Entre 1816-1820 e 1826-1829, os valores sofreram uma pequena queda. A partir de então, começaram a subir atingindo o ponto máximo em 1856-1858. De fato, o preço dos escravos que vinham em constante aumento desde a segunda década do Oitocentos, foi altamente inflacionado com a supressão do tráfico negreiro para o país. Nesse período, as médias nominais e deflacionadas para homens e mulheres apresentadas para Minas Gerais são superiores às encontradas para Araxá. Em 1866-1868, os valores mineiros e araxaenses apresentaram-se reduzidos, voltando a subir em 1876-1878, e apresentando seus níveis mais baixos em 1886-1888. Exceto em 1856-1858 para as mulheres e, 1856-58 e 1866-68 para os homens, os preços registrados para Araxá são levemente superiores aos de Minas Gerais.

De acordo com Bergad, a partir de 1818 ocorreu uma inserção maior da economia mineira na economia nacional havendo, portanto, um processo de integração entre os mercados mineiro e nacional de escravos. Tal mudança refletiu-se nos preços, ascendentes em Minas Gerais por quatro décadas (1818-1861), alta esta ocasionada pelo cultivo do café em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro e sudeste de Minas Gerais. Apesar de os valores dos escravos verificados por Bergad terem sido ascendentes por quatro décadas, sofreram seu maior crescimento com o fim do tráfico em 1850, cerca de 9,8 % ao ano entre 1851 e 1861.

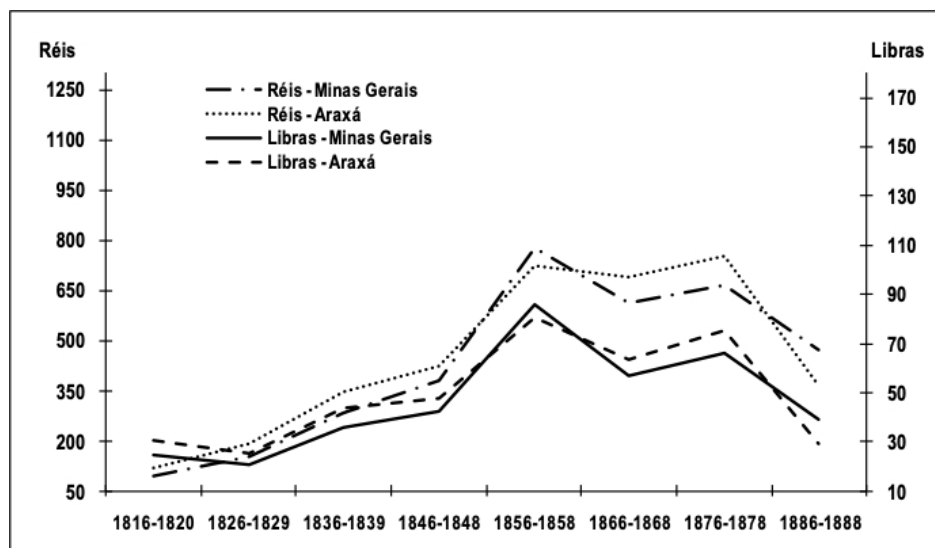
⁸ Os valores apresentados nos gráficos 1 e 2 se referem aos preços médios dos escravos sadios (que não possuíam nenhum tipo de doença ou defeito físico que o impedisse de trabalhar) de ambos os sexos e todas as idades nos anos selecionados, tanto para os nossos dados como para os apresentados por Bergad. O referido autor apresenta apenas valores em mil-réis. Utilizamos nosso deflator (taxa de câmbio) para transformar os preços em libras, dada a necessidade de comparar valores em períodos distintos.

Gráfico 1. Evolução do preço médio de escravos homens: Araxá e Minas Gerais



Fonte: Para Minas Gerais, Bergad (2004); para Araxá FCCB, inventários *post-mortem*

Gráfico 2. Evolução do preço médio de escravas: Araxá e Minas Gerais



Fonte: Para Minas Gerais, Bergad (2004); para Araxá FCCB, inventários *post-mortem*

Entre 1861 e 1866, o autor apontou uma queda de 37% nos preços dos escravos, principalmente devido a pressões políticas, internas e externas, sobre a escravidão, mantendo um ambiente de incerteza com relação ao seu futuro. Os preços voltaram a subir em 1871, ano marcado pelo *Ventre Livre*, antecipando o fim da escravidão negra no Brasil. Ao fim da década de 1870 os preços elevaram-se bastante (aproximando-se dos picos de valores ocorridos na década de 1850), revelando a alta lucratividade esperada dos escravos, no curto e longo prazos, mesmo com a aproximação da abolição. Apenas depois de 1883, os preços caíram definitivamente (cf. BERGAD, 2004, p.246-258).

Com o passar do tempo, a economia mineira inseriu-se mais efetivamente na economia brasileira (sabida-

mente mais dinâmica em seu conjunto), e os preços dos escravos em Minas passaram a seguir o comportamento dos preços no mercado nacional, estando os preços dos cativos araxaenses sob a mesma influência. E, é claro, sentiram-se em Minas Gerais e Araxá, como nas demais regiões do país, a proibição da importação de cativos em 1850, da libertação dos nascituros em 1871 e a proximidade do fim da escravidão.

De fato, estudos como o de Luis Paulo Nogueiról (2002) e Resende et al (2013), têm mostrado o paralelismo de preços dos cativos entre diferentes províncias. Estudando inventários de Pernambuco e do Rio Grande do Sul Resende et al (2013, p.7) apontam que “Apesar de separadas por distância considerável, e tendo estrutura produtiva bem distinta, as duas províncias aparentemente faziam parte de um mercado integrado, no que toca ao comércio de escravos, sugerindo fortemente a existência de uma arbitragem de preços”, ou seja, indícios da existência de um mercado nacional de escravos.

Além das variações sofridas ao longo do tempo, geralmente, os escravos eram avaliados segundo especialização (caso a possuíssem), condições de saúde, idade e sexo, sendo estes dois últimos os caracteres fundamentais na avaliação dos escravos descritos nos inventários em estudo.⁹ Esses dados, encontrados em grande parte dos documentos analisados, subsidiaram a elaboração da Tabela 8 onde são mostrados os valores médios por faixa etária, para cada um dos sexos. Escravos com qualquer enfermidade ou ocupação descrita não entraram nos cálculos, para evitarmos que afetassem de forma enviesada as médias.

⁹ A presença de especialização ou habilidade específica fazia com que seu preço fosse superior ao de outros escravos não especializados. Diferente do que ocorreria em uma situação em que o trabalhador gozasse de liberdade, a qualificação do cativo representaria retorno do investimento ao proprietário, uma vez que o escravo, uma vez qualificado, não poderia abandonar o “emprego”. Dados relativos a alguma atividade específica realizada pelos escravos foram encontrados para 27 cativos em todo o período 1816-20 a 1886-88. Quanto às condições de saúde, aos escravos portadores de alguma enfermidade ou defeito físico imputavam-se valores consideravelmente mais baixos *vis-à-vis* os demais cativos. Encontramos entre os escravos descritos nos inventários 103 com algum tipo de enfermidade, variando desde problemas menos sérios como “fraturado de um braço” etc., até casos mais complexos como o crioulo Vicente, de 8 anos de idade: “não lhe deram valor algum pelo acharem defeituoso, de mudo todo e paralisão dos braços e com uma tortura nas costas”.

Tabela 8. Preço médio em libras dos escravos de acordo com sexo e faixas etárias

Faixa Etária	1816-1820		1826-1829		1836-1839	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	19,53	12,75	12,83	14,76	27,93	23,50
10 a 19	36,58	37,12	34,06	29,88	61,75	67,14
20 a 29	52,80	46,01	36,48	33,64	69,88	64,60
30 a 39	41,45	32,90	31,25	30,17	66,94	59,98
40 a 49	32,26	13,75	26,25	17,02	43,71	42,39
50 a 59	41,25	22,00	-	12,16	21,53	4,62
60 acima	12,14	8,06	7,30	-	8,36	3,39

Faixa Etária	1846-1848		1856-1858		1866-1868	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	28,86	29,44	56,33	60,86	37,33	34,54
10 a 19	66,85	63,82	119,15	106,72	84,37	79,15
20 a 29	70,62	72,12	122,75	117,55	90,34	93,41
30 a 39	75,27	61,90	112,96	97,04	96,35	77,83
40 a 49	52,20	41,60	86,58	75,63	64,68	60,20
50 a 59	24,97	11,67	55,07	31,91	46,92	29,41
60 acima	7,25	11,67	19,75	21,34	17,88	16,53

Faixa Etária	1876-1878		1886-1888	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	90,42	64,72	-	-
10 a 19	144,25	92,72	59,38	38,98
20 a 29	148,38	86,80	58,00	37,18
30 a 39	155,99	75,48	46,39	35,29
40 a 49	135,96	62,54	40,11	10,11
50 a 59	65,45	34,34	12,85	9,05
60 acima	4,78	14,34	-	-

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados

Podemos notar a maior valorização dos escravos em “idade produtiva” em detrimento das crianças e dos idosos. Verificamos também o maior valor atribuído, em geral, para escravos do sexo masculino, considerados mais aptos para o trabalho. No período 1816-1820, para ambos os sexos, os escravos mais valorizados apresentavam idades entre 20 e 29 anos.

De forma análoga, no período posterior, 1826-1829, o valor médio dos escravos atingiu seu pico na faixa etária entre os 20 e 29 anos, 36.48 libras, resultado válido também para as mulheres que, entre 20 e 29 anos, valiam, em média, 33.64 libras. As menores médias encontradas foram para escravos com 50 ou mais anos de idade entre homens. Crianças de até 10 anos eram pouco valorizadas, mas nesse caso apresentaram valores médios superiores ao dos idosos.

Em 1836-1839, as médias dos preços atribuídos aos homens e às mulheres, considerando todas as faixas etárias, mostraram uma alta abrupta, elevando-se, respectivamente, em 80,2% e 77,9%. Boa parte desta alta pode ser creditada à lei de novembro de 1831 em que, cumprindo compromisso firmado anteriormente com a Inglaterra, o Brasil aprovou a proibição do tráfico intercontinental e a concessão de liberdade aos cativos aqui desembarcados desde então. Como é sabido, essa lei não foi cumprida, mas certamente impôs dificuldades crescentes à atividade do tráfico. Ainda que provavelmente em 1836-39 a ineficácia da lei já estivesse evidente, significou um sinal antecipando o fim do tráfico internacional de cativos e seus os valores subiram de forma vertiginosa.

A média de preços para os homens mostrou seu maior valor igualmente na faixa dos 20 aos 29 anos (69.88 libras), e para as mulheres de 10 a 19 anos (67.14 libras). As menores médias, como notado nos períodos anteriores, referiam-se a escravos velhos e crianças.

Na década seguinte, a elevada valorização dos escravos entre 20-29 anos permaneceu, valiam em média 70.62 libras. Mas os cativos mais valorizados no período possuíam de 30 a 39 anos, 75.27 libras. As cativas tinham seus maiores valores na faixa dos 20 aos 29 anos, 72.12 libras, superando a média calculada para os escravos na mesma faixa etária. Os valores mais reduzidos, como esperado, foram conferidos a crianças e velhos.

Em 1856-1858, os dados corroboraram as expectativas relativas à maior valorização dos escravos, avaliados em 119.15 libras, 122.75 libras e 112.96 libras nas faixas etárias decenais que vão dos 10 aos 39 anos. As escravas mostraram variação de valores pouco distinta à dos homens entre as faixas etárias, e seus valores médios mostraram-se inferiores. Entre 10 e 19 anos estavam avaliadas, em média, em 106.72 libras e, entre 20-29 anos de idade, valiam cerca de 117.55 libras.

Em 1866-68, o pico de avaliação dos escravos do sexo masculino foi calculado para a faixa etária de 30 a 39 anos, com a média igual 96.35 libras. Por sua vez, as mulheres chegaram a valer 93.41 libras na faixa etária imediatamente anterior. A tendência a uma reduzida avaliação para escravos velhos (de 50 anos ou mais) também permaneceu. Nessa faixa etária os escravos foram avaliados em 46.92 libras.

Em 1876-78, excluindo-se crianças de até 9 anos e pessoas com idade superior a 50 anos, encontramos uma média de valor bastante elevada para cativos do sexo masculino, variando entre 144.25 libras e 155.99 libras. As cativas, por sua vez, apresentaram valores bem mais reduzidos, sendo o maior deles 92.72 libras para idades entre 10 e 19 anos. As escravas receberam avaliação superior à dos escravos apenas para a faixa acima dos 60 anos, 14.34 libras contra 4.78 libras. No período posterior, quando idosos e crianças, por lei, não eram mais escravos, os cativos inventariados apresentaram valores decrescentes a contar da faixa dos 10 aos 19 anos.

Em todos os períodos, a análise do preço médio dos escravos segundo faixas etárias mostrou que os cativos mais valorizados, para ambos os sexos, encontravam-se na maioria dos casos na faixa de 20 a 29 anos, sendo também bastante valorizados escravos de 10 a 19 e de 30 a 39 anos. Provavelmente, por serem essas as faixas etárias nas quais os escravos eram mais produtivos e, portanto, era maior a demanda por cativos nessas condições. A contar daí os valores começaram a cair, declinando de forma mais acentuada ao ultrapassar a idade dos 40 anos, quando os cativos começam a ser considerados menos aptos ao trabalho. Vale dizer, crianças, assim como os escravos com mais de 40 anos e idosos, eram menos valorizados.

Mello (1985) encontrou resultados semelhantes para a cidade de São Paulo. Para os anos estudados, 1846-1887, foram encontradas curvas de preço que apresentaram um ramo crescente entre 0 e 15 anos; daí até os 35 anos as curvas mostraram intervalos crescente, máximo e decrescente conforme a idade dos escravos avançava.¹⁰ De acordo com a autora:

A hipótese de racionalidade por parte do comprador de escravos, levá-lo-ia a considerar, na decisão de compra, fatores como risco e rendimento esperado; o preço que estava disposto a pagar variava inversamente ao risco e diretamente ao rendimento esperado; desta maneira, as crianças, apresentando maior risco, e os velhos menor expectativa de rendimento, valiam menos

¹⁰ Em trabalho clássico, Fogel e Engerman (1995) determinaram uma relação em U invertido e assimétrico entre os preços e a idades dos escravos, assim como, uma curva análoga considerando rendimentos médios por sexo e idades, levando à conclusão de que os preços em que os escravos eram avaliados estavam relacionados à produtividade do seu trabalho.

relativamente aos escravos em idade ativa, prontos para trabalhar. Ainda em relação às crianças, os custos de manutenção e alimentação incorridos até que pudessem começar a produzir deveriam ser considerados; é bem possível que não fossem objeto de comércio, subordinada sua presença ao nascimento ou à compra de escravas com seus filhos (MELLO, 1985,p.116).

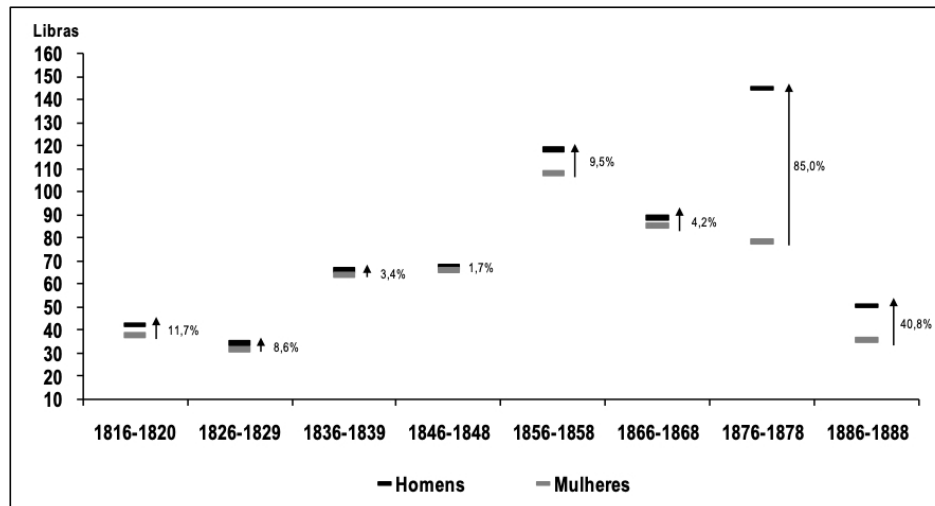
No entanto, a historiografia tem sugerido que, ainda que as crianças apresentassem maiores riscos e fosse necessário certo dispêndio na sua manutenção até poderem produzir, existia a expectativa de essas crianças conseguirem sobreviver até a vida adulta, conseqüentemente, os custos de manutenção e alimentação incorridos na criação desses escravos poderiam ser reavidos, no longo prazo, na medida em que atingissem a idade produtiva. Para Carlos Bacellar (2000, p.243):

[...] comprar uma escrava seria talvez parte de uma estratégia de ampliação ou multiplicação mais acessível da mão-de-obra forçada, sem recorrer às parcas e difíceis poupanças familiares. Apesar dos riscos de uma elevada mortalidade materna e infantil, e em que pese a necessidade de aguardar o crescimento do rebento, a reprodução natural talvez fosse, para um pequeno lavrador, um roceiro ou um artesão, uma opção viável, que não envolvia maiores dispêndios de capital.

Parece ser este o caso araxaense, onde essa expectativa implicou uma variação do preço das crianças acompanhando, em certa medida, a variação de preço dos escravos em idade produtiva, sendo reduzida, em alguns momentos, a diferença entre os preços médios das crianças e o preço dos escravos nas faixas etárias mais produtivas. Decerto, também a Lei do Ventre Livre influenciou esta variação no valor das crianças, pois essa expectativa recaía sobre aqueles cativos nascidos antes de 29/09/1871, quando foi promulgada a referida lei.

Outro fato relevante é a variação entre os valores atribuídos aos escravos de cada sexo. O Gráfico 3 dá uma idéia da evolução deste diferencial ao longo do tempo.

Gráfico 3. Diferença entre preços médios de escravos e escravas (entre 15 e 39 anos)



Fonte: FCCB, inventários post-mortem, anos selecionados

Nos anos 1816-1820, 1826-1829 e 1836-39 a diferença mostrou-se favorável aos homens, indicando o maior valor recebido por estes, certamente por serem considerados mais aptos ao trabalho e, portanto, apresentarem produtividade esperada superior. Em 1846-1848, ano mais próximo ao fim do tráfico atlântico de cativos (1850), não existiam diferenças significativas entre os valores de escravos e escravas. Nesse período, o valor

dos escravos mostrou-se apenas 1,7% superior ao das escravas. Além disso, tem-se sugerido que, com a iminência da extinção do tráfico atlântico em direção ao Brasil, ocorreu grande aumento do “prêmio sobre o potencial reprodutivo das escravas” corroborando tal comportamento da razão de preços. Já em 1856-8, a diferença entre os valores médios cresceu um pouco, o dos homens superou em praticamente 10% o das mulheres. Tal variação reflete a grande valorização dos escravos do sexo masculino e em idade produtiva ocorrida nesse período, no qual já havia cessado o comércio externo de escravos. Em 1866-68, essa diferença volta aos níveis da década de 30 (pouco mais de 4%).

No entanto, com a Lei do Ventre Livre (1871) a diferença entre os preços alargou-se muito. Em 1876-1878, os homens valiam cerca de 85% a mais que as mulheres. A possibilidade de aumentar os plantéis através da reprodução natural das escravas (e por extensão, também a expectativa de se auferir ganhos futuros com as crianças), até então possível, foi eliminada. O maior componente da diferenciação de preços entre homens e mulheres passou a ser a já enfatizada diferença de aptidão ao trabalho, em que se acreditava terem os homens vantagem, mesmo sendo a economia essencialmente de subsistência e os escravos pudessem ser ocupados em um amplo leque de atividades, desde as vinculadas à lavoura e criação até as relacionadas aos trabalhos domésticos e ao artesanato de tecidos, entre outras. Assim, esse foi o único período encontrado em que a variação de valores dos cativos dos dois sexos seguiram sentidos opostos, ocorrendo, portanto, uma valorização do sexo masculino e, em contrapartida, uma desvalorização do sexo feminino.

É impossível determinar a porção do valor das escravas na flor da idade que se possa atribuir à capacidade de reprodução antes das mudanças dos de preços por sexo da década de 1870. Tanta comprovação empírica aponta para o firme aumento da população escrava de Minas a partir do final do século 18; o valor reprodutivo talvez tenha sido incorporado à estrutura do preço para as escravas em idade útil em índices bastante estáveis pelo tempo afora. Somente depois que o lucro potencial da reprodução dos escravos terminou em 1871, isto se mostrou claramente devido ao rápido aumento nos relativos diferenciais entre os preços a favor dos escravos do sexo masculino. (BERGAD, 2004, p.260)

Em 1886-8, observamos a queda de preços, mesmo tendo a diferença entre os sexos se mantido bastante elevada, 40,8%. Entre os fatores relacionados a esta queda destacam-se os tributos proibitivos instituídos no início da década de 1880 incidentes sobre a importação de escravos e a lei dos Sexagenários de 1885, que alforriou os escravos com mais de 60 anos. Este último fator, embora não afetasse os preços diretamente, pois não retirava do mercado escravos em idade produtiva, tinha efeitos indiretos, na medida em que, em conjunto com as outras mudanças institucionais (fim do tráfico em 1850 e lei do Ventre Livre de 1871), sinalizava a iminência do fim da escravidão.

Essa diferença entre preços atribuídos a cativos de sexos diferentes ocorre de forma independente à origem africana ou brasileira desses indivíduos (Tabela 9). A origem vê-se refletida, porém, na média de preço para escravos homens mais mulheres na idade mais produtiva (15 a 39 anos): para todos os períodos em que cativos oriundos do tráfico transatlântico estiveram presentes em Araxá o seu preço médio foi superior ao preço médio dos escravos aqui nascidos. Em 1816-20 o escravo africano valia em média 47,14 libras contra 35,14 libras de um brasileiro; 50 anos depois o escravo africano foi avaliado em 104,18 libras em média, enquanto a avaliação do brasileiro foi de 91,79 libras.

Tabela 9. Preço médio em libras dos escravos de acordo com o sexo e aorigem (15 a 39 anos)

	Homens		Mulheres		Homens + Mulheres	
	Africanos	Brasileiros	Africanos	Brasileiros	Africanos	Brasileiros
1816-1820	48,24	35,91	44,77	34,37	47,14	35,14
1826-1829	35,25	37,57	32,50	32,04	34,53	34,47
1836-1839	64,28	72,51	62,78	65,39	64,36	63,92
1846-1848	73,55	63,68	67,90	69,22	71,48	66,17
1856-1858	124,94	118,75	110,45	110,60	118,21	114,32
1866-1868	94,79	95,38	83,30	87,48	104,18	91,79
1876-1878	-	146,60	-	78,26	-	110,53
1886-1888	-	50,98	-	34,27	-	44,25

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados

Por fim, para além dos aspectos atinentes aos determinantes de preço e sua evolução ao longo do Oitocentos, a avaliação dos cativos em Araxá pode ser relacionada ao volume de riqueza acumulado pelos proprietários, conforme mostrado na Tabela 10.

Tabela 10. Preço médio em libras dos escravos de acordo com tamanhoda riqueza

Faixas de Riqueza (em libras)	1816	1826	1836	1846	1856	1866	1876	1886	1886
	1820	1829	1839	1848	1858	1868	1878	1888A	1889B
Até 100	35,40	29,51	75,27	32,92	37,90	45,32	38,84	14,43	14,43
101 a 500	31,93	22,03	44,53	41,53	73,74	56,93	71,83	36,60	36,60
501 a 1000	35,94	26,81	58,00	35,91	72,46	63,47	84,10	40,99	40,99
1001 a 2000	48,37	26,68	49,23	45,12	72,87	59,27	96,10	30,58	30,58
Acima de 2000	28,06	-	45,82	51,75	74,59	67,78	100,49	49,88	45,57

Fonte: FCCB, inventários *post-mortem*, anos selecionados

É notável que a partir de 1846-48 os escravos com maiores preços médios encontravam-se inventariados entre os bens dos indivíduos mais aquinhoados, enquanto os cativos mais baratos pertenciam àqueles detentores de até 100 libras apenas. Em 1846-48, por exemplo, escravistas com até 100 libras de patrimônio tinham escravos que valiam, em média, 32.92 libras, valor que crescia a 41.53 libras para a faixa de riqueza imediatamente posterior (101 a 500 libras) e alcançava o máximo de 51.75 libras para aqueles cujos montes arrolados superaram as 2000 libras. Tal constatação vai ao encontro do que foi verificado na seção anterior, quando argumentamos que a flutuação do preço dos cativos influenciou a composição percentual da riqueza e as possibilidades de acesso a esse ativo, ao longo do tempo, por indivíduos possuidores de diferentes faixas de riqueza.

5. Considerações finais

Ao longo de nosso estudo trabalhamos com um conjunto de inventários *post-mortem* datados de 1816 a 1888, com o intuito de observar os “traços e transformações” da escravidão que teve lugar nas atividades de subsistência e abastecimento interno da mineira Araxá. As características demográficas dos escravos na localidade e sua relação com os plantéis em que estavam inseridos; a importância dos escravos enquanto ativo a compor a riqueza local e as possibilidades de acesso a esses indivíduos por araxaenses de diferentes cabedais, assim como os preços pelos quais eram avaliados, foram observados.

Os escravos mantiveram-se até a década de 1870 como o principal componente dos patrimônios inventariados em Araxá; até 1836-39 essa importância era compartilhada com os imóveis que perderam importância relativa para os cativos a partir daí, até que, em 1886-88, os imóveis passaram a ser responsáveis por mais da metade da riqueza, na iminência do término do regime escravista no Brasil, que já vinha se enfraquecendo há anos, como reflexo da somatória dos eventos atuantes contra a instituição da escravidão. Ao representar grande parte dos patrimônios araxaenses no século XIX, os cativos acabavam por ser tornar parâmetro para a medida de riqueza individual: durante todos os períodos observados, os proprietários de escravos apresentavam patrimônios superiores aos daqueles que não possuíam cativos, evidenciando que os detentores de escravos concentravam a riqueza, concentração esta que se foi acentuando ao longo do tempo na medida em que era dificultado o acesso ao braço escravo.

Na primeira metade do século XIX, a maioria dos cativos encontrava-se compondo a riquezas relativamente reduzidas, entre 101 e 1.000 libras sendo, como não surpreende, os escravistas concentradores da riqueza e os patrimônios dos proprietários de cativos superiores aos patrimônios dos não-proprietários na totalidade dos períodos considerados.

Em seu conjunto, esses escravos encontrados em Araxá apresentaram razões de sexo bastante favoráveis aos homens, mesmo em pequenos e médios plantéis; enquanto também se observa um percentual de africanos considerável entre os escravos – estando esses, em sua maioria, em idade produtiva (o que entendemos aqui como a faixa etária dos 15 aos 44 anos). Se considerarmos apenas os escravos africanos, essa razão de sexo foi ainda mais acentuada (embora errática com o passar das décadas) e, como não podia ser diferente, a proporção de africanos reduziu-se progressivamente quanto mais os anos considerados afastavam-se de 1850. Ao fim do período escravista, menos de 4% dos cativos arrolados nos inventários araxaenses eram remanescentes daqueles vindos diretamente do continente africano.

Notamos, então, uma importante influência do tráfico em Araxá, na medida em que este se caracterizava principalmente pelo comércio de homens em idade produtiva. Porém, vemos como mais interessante não a constatação da presença do tráfico em si, mas os indicadores a ele relacionados, que parecem aproximar-se de certa forma às regras de formação de grandes plantéis, em que as atividades econômicas, ligadas ao comércio “exportador” condicionaram a predominância masculina.

Os informes relativos à razão de sexo para os escravos descritos nos inventários araxaenses durante a primeira metade do Oitocentos apontam para uma queda (de 154,8 em 1816-1820 para 107,5 em 1846-48), coincidente com a redução da participação de africanos entre os cativos encontrados. Na segunda metade do século XIX, quando a presença de africanos tendeu a zero, as flutuações observadas se davam pela porção brasileira do contingente escravo araxaense, mas ainda sob a influência da parcela proveniente do tráfico transatlântico anterior, pois a razão de sexo observada para o total dos escravos apresentou-se superior à encontrada para os cativos aqui nascidos.

Em geral, o tráfico está associado a atividades que usam intensamente o trabalho escravo: tradicionalmente, a historiografia aponta que a importação de escravos pelas Américas e, em grande medida pelo Brasil, deveu-se à necessidade de produção, em grande volume, de mercadorias primárias de exportação, para suprir o crescente mercado europeu. Contudo é sabido também, que no Brasil esses escravos espalharam-se por uma miríade de outras atividades, fundadas no uso mais restrito dos cativos – em Araxá, na primeira metade do Oitocentos, não menos de não menos de 50% dos cativos estavam em plantéis com até 10

indivíduos. Essas atividades eram possuidoras, no mais das vezes, de uma dinâmica demográfica distinta daquela encontrada em plantéis de maior vulto (a quantidade de homens tenderia a crescer nas maiores faixas de tamanho de plantel, pela atividade mais mercantilizada possivelmente desenvolvida). O que não parece ser o caso araxaense, onde aspectos demográficos da população escrava nos menores plantéis, característicos das atividades de abastecimento local, apontaram um elevado peso dos homens em “idade produtiva” decorrente mais da grande presença de pessoas africanas, que assumem as características do tráfico, do que da demanda das atividades ali desenvolvidas. É dizer, a opção pelo sexo dos escravos estava sendo dada pelo lado da oferta e não da demanda.

A possibilidade de crescimento vegetativo da escravaria araxaense também pôde ser aventada, ou seja, foi possível que duas características demográficas coabitasse na escravidão da localidade: de um lado uma reprodução endógena dos cativos e de outro uma reprodução exógena por via mercantil.

Contudo, o crescimento natural da população cativa local não foi suficiente para manter a equilíbrio entre os sexos: é visível o incremento da razão criança/mulher ao longo do tempo, coincidindo, portanto, com a redução do percentual de cativos africanos, entre os quais era quase ausente a presença de indivíduos de até 14 anos (em nenhum momento foram encontrados africanos com menos de 10 anos de idade nos inventários). Ao contrário, a escravaria araxaense apresentou uma elevada presença de indivíduos de até 14 anos (mínimo de 46,2% dos escravos em 1826-28).

Sendo a compra de escravos um ato significativo na relação de escravidão em Araxá, essa característica implica, necessariamente, em certo dinamismo da economia local, por indicar significativas transações mercantis envolvendo cativos, cujos preços médios foram crescentes ao longo do tempo. Esse aumento identificado para os preços – coincidente, em especial, com o fim do tráfico transatlântico em 1850 e com a lei do Ventre Livre em 1871 – levou a uma elevação no nível de acumulação daqueles já detentores desse ativo e dificultou o acesso aos cativos por parte daqueles detentores de menores cabedais, fazendo com que a presença de escravos fosse sendo, gradativamente, mais concentrada entre os espólios dos mais aquinhoados. Ao longo do tempo, a variação no preço dos cativos teve impacto direto na composição percentual da riqueza e nas oportunidades de acesso a esse ativo para os indivíduos, possuidores de diferentes faixas de riqueza.

Seguindo o ocorrido no mercado mineiro e brasileiro, era maior a valorização dos escravos em “idade produtiva” (neste caso dos 10 aos 39 anos), em detrimento das crianças e dos idosos; era também maior a valorização dos indivíduos do sexo masculino em detrimento das mulheres. Ademais, para todos os períodos em que cativos oriundos do tráfico transatlântico estiveram presentes em Araxá, o seu preço médio foi superior ao preço médio dos escravos de origem nacional, ainda que a diferença entre preços atribuídos a cativos de sexos diferentes ocorresse de forma independente à origem africana ou brasileira desses indivíduos.

À exceção do intervalo entre 1866-68 e 1876-78 quando houve uma valorização do sexo masculino e, em contrapartida, uma desvalorização do sexo feminino (reflexo da impossibilidade de aumentar os plantéis através da reprodução natural das escravas), as flutuações dos preços de escravos de ambos os sexos seguiram o mesmo sentido.

Em sendo as mulheres menos valorizadas, poder-se-ia pensar na aquisição de escravas como uma forma mais acessível à aquisição de escravos ou à ampliação de sua posse, mas a realidade araxaense, como adiantado, aponta para uma maior presença de escravos homens em idade produtiva, justamente quando são, em regra, mais valorizados; mesmo entre pequenos proprietários e/ou menos aquinhoados.

Contudo, para a segunda metade do Oitocentos os escravos com maiores preços médios e, por conseguinte, mais jovens encontravam-se inventariados entre os bens dos indivíduos mais aquinhoados, enquanto os cativos mais baratos e com média etária mais elevada, pertenciam àqueles detentores de poucos recursos (patrimônios até 100 libras).

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

6.1 Fontes primárias

FCCB - Fundação Cultural Calmon Barreto. Arquivo Fórum, caixas 1 a 200 – *Inventários post-mortem*

6.2 Bibliografia

BACELLAR, Carlos. A escravidão miúda em São Paulo colonial. In: SILVA, Maria Beatriz (org.) **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BACELLAR, Carlos. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004.

COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart B. A Família Escrava em Lorena (1801). In: LUNA, F. V.; COSTA, Iraci del N. da; KLEIN, Herbert. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/impressão oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOGEL, William; ENGERMAN, Stanley. **Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery**. New York: Norton, 1995.

FRAGOSO, João Luís R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2ª Edição revista.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.1, n.2, p. 297-314, 1987.

KLEIN, Herbert. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 17, n.2, p. 129-149, 1987.

_____. Novas interpretações do tráfico de escravos do atlântico. **Revista de História**, n.120, p.3-25, 1989.

LUNA, Francisco V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v, 22, n.3, p.443-483, 1992.

LUNA, Francisco V.; COSTA, Iracidel N. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. In: LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci del N. da; KLEIN, Herbert. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/impressão oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MALAQUIAS, C. de O.; SANTOS, I. L. População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 28, 2020. DOI:10.20396/resgate.v28i0.8659127. em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8659127>.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Editora Stiliano, 1998.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1888**. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999.

NOGUERÓL, Luiz Paulo. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social. **Ensaios FEE**, v.23, n. especial, p.539-564,

2002.

PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.22, n.1, p. 129-151,1992.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.25, n.2, p.203-233,1995.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Araxá, 1816-1888: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, p. 605-635, 2014.

RESENDE, Guilherme et al. **Preços de escravos e produtividade do trabalho cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX**. In: Anais do XLI Encontro Nacional de Economia, 2013.

SAMPAIO, A. C. J. de. **Magé na crise do escravismo – sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850 – 1888**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.